PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: ESTUDO SOBRE O CALÇAMENTO DO EIXO TURÍSTICO DA ESTRADA REAL – SERRO A DIAMANTINA – MINAS GERAIS

Elcione Luciana da Silva

Ana Flávia de Andrade Figueiredo

Flávia Montenegro Menezes

RESUMO

A atividade turística se caracteriza pelo deslocamento das pessoas de um local para o outro, e, portanto as facilidades de acesso para os destinos turísticos são de suma importância para favorecer tal deslocamento e assim viabilizar o desenvolvimento local por meio do turismo. O presente artigo tem como principal objetivo fazer uma relação entre planejamento territorial e desenvolvimento turístico em comunidades localizadas no eixo turístico da Estrada Real entre as cidades de Serro a Diamantina/MG, tendo como estudo as implicações que a execução das obras de pavimentação asfáltica deste trecho exercem no modo de vida de seus moradores e no desenvolvimento do turismo local. Para alcançar esta finalidade, optou-se por realizar pesquisas bibliográficas, analíticas e descritivas. Neste sentido busca sugerir estudos mais aprofundados em destinos turísticos de base comunitária de forma a conciliar o cumprimento das políticas de gestão do território e desenvolvimento turístico local.

Palavras-chaves: Planejamento, território, impactos do turismo, desenvolvimento turístico responsável.

ABSTRACT

Tourism is characterized by the movement of people from one place to another, and therefore, means of access to tourist destinations are extremely important to encourage this movement and thus enable the development of local tourism. The main objective of this article is to draw a relationship between territorial planning and tourism development in the communities located along the touristic route of the Estrada Real between Serro and Diamantina/MG, by studying the implications that the paving of this stretch of road have for the way of life of its residents and for the development of local tourism. To achieve this goal, bibliographical, analytical, and descriptive research was conducted. Conclusions reached, as a result of this research, highlight the need for more detailed studies in community-based tourist

destinations in order to reconcile the fulfillment of regional development policies with the development of local tourism.

Keywords: Planning, territory, impacts of tourism, responsible tourism development.

RESUMEM

La actividad del turismo se caracteriza por el desplazamiento de personas de un local a otro, y por lo tanto la facilidad de acceso a los destinos turisticos son muy importantes para permitir este desplazamiento y permitir así el desarrollo local a través del turismo. Este artículo tiene como principal objetivo establecer una relación entre la ordenación del territorio y el desarrollo del turismo en las comunidades ubicadas en el camino turistico del Camino Real entre las ciudades de Serro a Diamantina/MG, con el estudio de las implicaciones que la ejecución de las obras de pavimentación ejercen en el estilo de vida de sus residentes y el desarrollo del turismo local. Para lograr este propósito, se optó por llevar a cabo investigaciones en la bibliograficas, analítica y descriptiva. En este sentido apunta a sugerir nuevos estudios en los destinos turísticos de base comunitaria a fin de conciliar el cumplimiento de las políticas de ordenación del territorio y el desarrollo del turismo local.

Palavra-llaves: Planeamento, territorio, impactos del turismo, desarrolo turistico responsable.

APRESENTAÇÃO

A possibilidade de realização de obras de pavimentação asfáltica entre as cidades de Serro a Diamantina localizadas do Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais surgiu como fator relevante para alavancar o desenvolvimento turístico local dos distritos localizados neste trecho e tem sida tratada de forma esperançosa por seus moradores que acreditam que o acesso poderá gerar um fluxo significativo de turistas e visitantes para a região. A estrada que liga Serro a Diamantina e contempla o caminho da Estrada Real nunca foi pavimentada e justamente devido ao isolamento de outras cidades, a região conseguiu preservar diversos elementos que remetem a exploração de pedras preciosas em Minas Gerais durante o período colonial. A região ainda possui áreas de preservação ambiental e é detentora de uma paisagem magnífica. Entretanto, ao mesmo tempo, que o calçamento que traz

muitas expectativas em relação a visitação turística, fez emergir vários questionamentos referentes a compatibilidade da infra estrutura local para recepcionar tal obra e os impactos advindos dela.

Sendo assim, apresento pesquisa relacionada a estudos que versam sobre importância da obra de pavimentação para o desenvolvimento turístico local e os possíveis impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais que o calçamento trará à região localizada na Estrada Real.

Optou-se por realizar pesquisas bibliográficas, analíticas e descritiva. A pesquisa utilizou fontes primárias, como formulação de questionário pela própria pesquisadora aplicado com os empresários de restaurantes, hospedagem e outros serviços dos distritos de Milho Verde (MV) e São Gonçalo do Rio das Pedras (SGRP) e entrevistas semiestruturadas aplicadas para as organizações públicas privadas e comunidade. A pesquisa utilizou também fontes secundárias baseadas em bibliografias e documentos que apoiaram o estudo de caso como ata das reuniões com as comunidades na ocasião da apresentação do projeto de calçamento do trecho citado (PRODETUR, SECTUMA, DER); inquérito civil disponível na Promotoria Pública de Justiça de Diamantina, projeto de calçamento turístico do trecho).

O objetivo desta pesquisa foi relacionar a importância da participação da comunidade no desenvolvimento turístico responsável e sugerir o cumprimento das políticas de gestão do território concomitante as ações que garantam a sustentabilidade local por meio do turismo.

Relação entre Política e Planejamento

Segundo Villar (2009), o turismo vem se transformando nas últimas décadas em uma das atividades mais dinâmicas da atualidade. Essas transformações vêm formando cenários muito heterogêneos, em que existem diversos modelos de destino turístico que atendem a uma demanda muito exigente e variada. Estes modelos distintos, estados e perfis dos destinos turísticos são produtos de uma série de elementos, em que se destacam o papel do Estado e particularmente as políticas que este gera.

> se as características dos destinos são produtos da dinâmica que combinam seus produtos e recursos turísticos com a ação dos atores econômicos, sociais, culturais e políticos, tanto locais quanto extralocais, é imprescindível ter em conta o papel do Estado. Este pode ser o impulsor e planejador, como no modelo de desenvolvimento planejado, que garanta certas normas, como no modelo integrado ou dependente." (OTERO, *apud* VILLAR; WALLINGRE, 2009, p. 51, tradução nossa)

As mudanças atuais no cenário do turismo geram desafios e oportunidades para a intervenção estatal. Com isso novas características da demanda geram um novo tipo de turismo, que obriga os destinos a desenvolverem estratégias para se posicionar e se diferenciar. Desta forma, o Estado reflete sobre suas competências, e torna-se responsável também por impulsionar a atividade turística, bem como elaborar estratégias para melhorias na relação Estado-sociedade, promovendo uma sinergia necessária para o desenvolvimento local, entre o poder público e privado. (OTERO, *apud* VILLAR; WALLINGRE, 2009, p. 51, tradução nossa)

Considerando que o turismo é uma atividade que pode impactar significativamente num determinado destino, causando transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais é necessário que a sua implementação seja acompanhada pelo planejamento e monitorada para evitar que os problemas e conflitos causados pelo mesmo não sejam maiores do que os aspectos positivos.

O instrumento de poder muitas vezes pode ocasionar a imposição de legislações que podem não estar apropriadas para determinada região turística. Muitos municípios já seguem modelos de legislações existentes de outras cidades e muitas vezes pecam por não se atentarem à peculiaridade local, o que pode provocar a inexequibilidade das ações previstas nas legislações e atrasar cada vez mais o desenvolvimento local e o planejamento estratégico. Assim muitos problemas causados diretamente ou indiretamente pelo turismo podem ocorrer por terem sofrido um crivo da administração pública que diante da possibilidade de geração de recursos em curto prazo, ignora prejuízos a longo prazo. (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 93)

Planejamento Territorial e Desenvolvimento Turístico

O território está em constantes transformações e envolve outras atividades dentre elas o turismo que é somente uma parte das relações com este espaço e vem concorrendo com a introdução de objetos definidos considerando a possibilidade de permitir o desenvolvimento local. Estes objetos não devem ser "lançados" aleatoriamente no território e sim devem ser acompanhados por infraestrutura de saneamento básico, energia, telefonia e acesso, configurando o lugar turístico. (CRUZ, 2003). O território se relaciona intrinsecamente com o turismo na medida em que o mesmo se caracteriza pelo consumo do espaço territorial pelos turistas e se espera que neste território haja valores culturais, ambientais e relações sociais que demarcam este e o torna diferente de outros.

Para Moraes e Costa (1987), o Estado é uma institucionalização política não apenas da sociedade, mas também do próprio espaço dessa sociedade. E como gestor da política territorial, é, geralmente, o promotor da expansão. O processo de urbanização que se processa, seja planejada ou não, depende em primeiro lugar da tomada de decisão do poder público local, já que a ele é delegada a função de orientar o desenvolvimento urbano no território do município.

> O município pode ter sua lei de uso e ocupação do solo, esta pode ser concebida em função das mais diversas formas de arranjo do espaço geográfico, dependendo das relações de força e da cultura. Ela estabelece as definições: as modalidades de parcelamento do solo; suas taxas de ocupação e gabaritos; o zoneamento do uso; o perímetro urbano; [...]. A ela se somam o código de obras que detalha edificações; as leis de proteção ambiental [...], atos de tombamento do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, com suas respectivas zonas de ambiência. (Yágizi, 2003, p.80)

O planejamento territorial é um conceito que vem intensamente se renovando no Brasil nos últimos anos. Os novos marcos do planejamento são a inclusão e a participação, pois impactam todos segmentos da sociedade trazendo justiça social, efetivando direitos e superando o simples estabelecimento de parâmetros. E ele é participativo porque pressupõe o envolvimento dos diferentes grupos sociais na construção das políticas.

O território vem sofrendo diretamente os impactos da gestão pública, mas também da ação do setor privado, responsável pela utilização do solo, e tendo por objetivo o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões, a correção e prevenção dos "problemas territoriais", a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e ambientais e a utilização racional do território (ID., 1998, p.12; 25 *apud* QUEIROZ, 2005). Segundo ainda a autora, a ordenação territorial torna-se um instrumento de extrema relevância e de indispensável compreensão nos processos de análise da competitividade dos espaços urbanos e, sobretudo, dos espaços turísticos, em face ao intenso uso do território pelo turismo e de investigação do papel do setor público no alcance desta competitividade. Segundo Cruz 2003 (*apud* GOIS, 2010.) sobre reflexão sobre os casos mais comuns de associação entre turismo e urbanização dentro das políticas territoriais brasileiras, demonstra que o turismo e urbanização podem se relacionar de três formas:

SITUAÇÕES	FATORES	IMPACTOS
Quando o urbano antecede o turismo	Desta forma precede a atividade e contribui para sua expansão	Quando já possui uma malha rodoviária e exista a presença de outros equipamentos como aeroporto, metrô, integração entre os meios de transporte etc. O turismo faz uso da infraestrutura assentada, dos marcos históricos e paisagísticos locais e reforça a imagem da cidade. De outra forma, a introdução do turismo pode estrangular o trânsito nas áreas centrais e reforçar as disparidades socioespaciais locais.
Quando urbanização e turistificação ocorrem ao mesmo tempo	Precede o turismo e impede a sua expansão	Ocorre especialmente em áreas já povoadas e de ocupação antiga com infraestrutura precária. O turismo encontra entraves para se estabelecer como, por exemplo, poucas terras para a construção de empreendimentos; custo elevado de localização; pressão social para a preservação de determinadas áreas; elementos históricos degradados.
Quando a urbanização ocorre posteriormente ao aparecimento do turismo	O turismo cria um modelo de expansão baseado na urbanização	Ocorre em áreas pouco povoadas de grande interesse turístico que adquirem as mais novas formas de inovação de investimento em capital imobiliário e urbanístico. Surgem por crescimento paralelo e associado, áreas empobrecidas e estigmatizadas em locais de parca infraestrutura. O resultado tende a ser um processo radicalizado de segmentação social e de fragmentação espacial.

Fonte: CRUZ, 2000 (*apud* GOIS, 2010) Turismo e políticas territoriais no Brasil, 2010 – Adaptado pela pesquisadora

Portanto, o ordenamento da atividade turística deve estar somado ao conjunto de políticas, medidas e diretrizes que favoreçam a implementação responsável da atividade numa localidade. Ações de ordenamento territorial, assim como as legislações devem assumir um caráter territorial setorial, englobando aspectos como a infraestrutura e a gestão ambiental; ou um caráter urbanístico, de gestão como Lei de Ordenamento e Uso do Solo, Estatuto das cidades[1], Plano Diretor e existências de políticas públicas, como o Sistema Municipal de Turismo para que ações sejam alinhadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os distritos Miho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras/Serro Minas tiveram grande importância no período colonial e foram elos entre as cidades de Serro, primeira cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Diamantina, declarada patrimônio cultural da Humanidade pela UNESCO. Milho Verde possuía um dos quartéis de fiscalização implantada por imposição da Coroa Portuguesa em seu Regimento. O distrito ainda guarda uma das mais belas manifestações herdada do período da mineração: o congado, e a prática de cantos (vissungos) herdados de ex-escravos que trabalhavam nos garimpos. Já o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras possui ainda um rancho de tropas datado do seculo XVIII e era um dos pontos de parada dos tropeiros. Este distrito se destaca pela beleza do seu casario colonial que já foi utilizado para cenário de filmes como “O padre e a moça” e é alvo de gravação de minisséries e programas televisivos.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo são destinos já reconhecidos no Estado de Minas, porém sofrem com a falta de infraestrutura. Milho Verde possui 5 pousadas que atendem cerca de 273 pessoas, 3 restaurantes e bares para 80 pessoas. Já São Gonçalo do Rio das Pedras, possui 4 pousadas que atendem 91 pessoas e 4 restaurantes que atendem 120 pessoas, segundos dados da SECTUMA (2010). Estes números são reduzidos considerando a demanda que recebem durante feriados prolongados e fins de semana. A infraestrutura não atende à

[1] O Estatuto das Cidades em conjunto com a constituição de 1988 dão as diretrizes para a política urbana do país, nos níveis federal, estadual e municipal.

elevada demanda, fator alvo de reclamações dos seus moradores. Dentre eles se destacam a deficiência da energia eletrica, saneamento básico e acesso. Segundo pesquisas realizadas pela Secretaria de Turismo de Serro SECTUMA(2010), as reclamações dos turistas baseavam-se nas dificuldades de acesso. O turista demorava cerca de 2 horas para percorrer cerca de 36 km.

A possibilidade do calçamento para a região surgiu como fator essencial para alavancar o desenvolvimento turístico local. Deve considerar que em muitos casos de intervenções no território, a comunidade por ansiar por melhorias acaba por ignorar certas reivindicações e direitos, e assuntos referentes aos impactos produzidos são deixados em segundo plano.

Considerando a atividade turística como impulsionadora de expansão urbana, (especulação imobiliária, construção de novos empreendimentos nestes territórios), é necessário entender o turismo como agente transformador do território e incorporá-lo na ocasião de criação de diretrizes e políticas de intervenção no mesmo. Quando não conhece as dimensões de impactos que a atividade turística pode causar num território não é possível se criar normas compatíveis com a realidade local.

Durante pesquisa realizada pela autora feita com os empresários locais dos distritos foi possível perceber que muitos deles desconheciam os impactos advindos da melhoria de acesso na região e não sentiam que a comunidade estava preparada. (Grafico 1)

“A comunidade está preparada receber o calçamento e os impactos advindos do mesmo?”

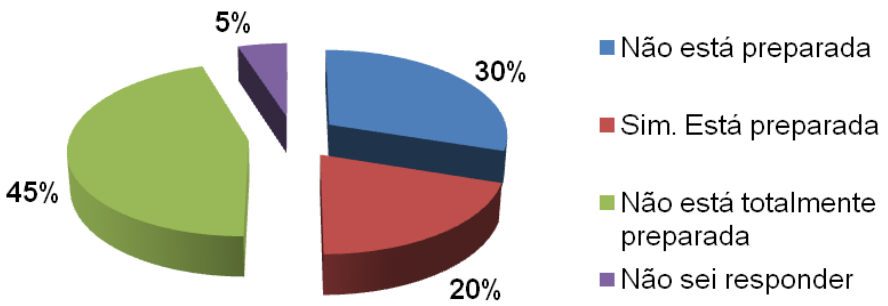

Grafico 1 – pesquisa da autora

Foi possível identificar também quais as perspectivas que a população possui em relação ao turismo considerando as obras de calçamento para a região (gráfico 2) e ao mesmo tempo quais preocupações que a mesma possui quanto aos possiveis impactos gerados (gráfico 3).

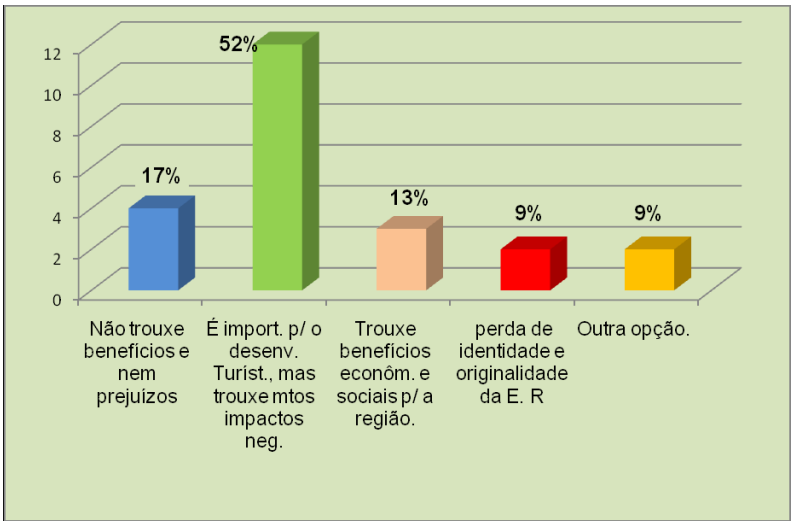

Gráfico 2

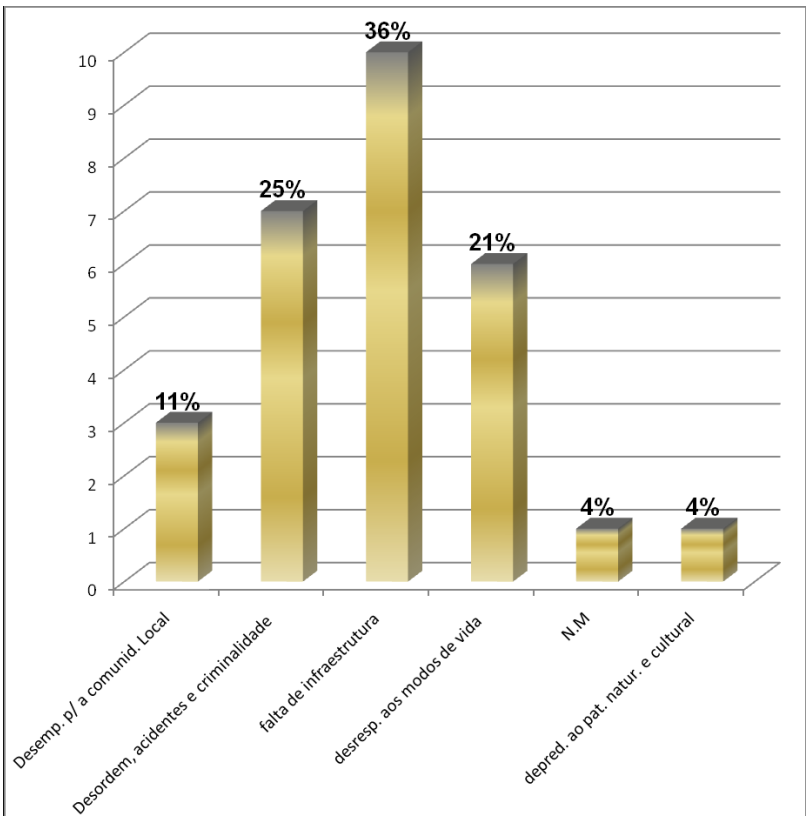

Gráfico 3

Os entrevistados também apontaram quais deverão ser as prioridades para que os impactos ocasionados pelo calçamento não comprometam os valores da comunidade.

"Qual desses elementos abaixo, você acredita que merecem mais atenção durante e após a execução das obras de asfaltamento?"

ELEMENTOS A MONITORAR	NÍVEIS DE PRIORIDADE					
Meio ambiente (áreas de Proteção Ambiental, fauna, flora, recursos hídricos etc)	1	2	3	4	5	6
	4	4	2	4	3	3
	20%	20%	10%	20%	15%	15%
Aspectos sociais (desenvolv. humano, aspectos econômicos, educação, saúde)	1	2	3	4	5	6
	5	4	2	5	2	2
	25%	20%	10%	25%	10%	10%
Segurança da população e fiscalização	1	2	3	4	5	6
	7	3	5	3	2	0
	35%	15%	25%	15%	10%	0%
Aspectos culturais (patrimônio material e imaterial)	1	2	3	4	5	6
	2	1	6	0	6	5
	10%	5%	30%	0%	30%	25%
Mais políticas públicas voltadas para o bem estar e qualidade de vida da população	1	2	3	4	5	6
	2	3	3	4	4	4
	10%	15%	15%	20%	20%	20%
Mais qualificação voltada para a área do turismo	1	2	3	4	5	6
	1	2	1	1	2	4
	9%	18%	9%	9%	18%	36%

Para os entrevistados (35%) a segurança é um dos mais aspectos mais importantes e que merecem mais atenção atualmente, seguida dos aspectos sociais e aspectos ambientais. Já a qualificação voltada para o turismo é apontada como o aspecto menos prioritário no momento, seguido dos aspectos culturais e políticas voltadas para o bem estar e melhoria de qualidade de vida da população. Percebe-se a necessidade criar nessas comunidades programas e ações voltadas principalmente para fortalecimento da identidade cultural e para qualificação para o turismo, pois as melhorias no acesso por si só não são capazes de manter o turista

num destino, mas sim a capacidade de recepção da comunidade e de qualidade que os produtos são ofertados.

Para que o planejamento territorial dentre outras contribuições sociais, apóie o desenvolvimento turístico sustentável é necessário engajar a comunidade no planejamento. Além do mais a gestão participativa forma gestores locais e regionais, multiplica o conhecimento técnico, cientifico e humano dos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local. (BENI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação do turismo enquanto agente transformador num determinado território é muito tardio. E muitas vezes o poder do Estado ainda se volta em ordenar o território em razão dos interesses econômicos e políticos do momento. Torna-se cada vez mais necessário que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo estejam vinculadas as políticas públicas setoriais que envolvam aspectos relacionados ao meio ambiente, à promoção da cultura, direitos humanos, aspectos sociais etc.

A atividade turística representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico e social de uma região, porém pode se apresentar como uma ameaça aos valores culturais, sociais e ambientais locais, desde que não seja planejada e monitorada. Num processo de implementação da atividade é necessário se considerar os valores presentes numa comunidade dos quais ela se identifica e promover ações de monitoramento de impactos para que estes valores não se percam. Quando a comunidade participa do processo de intervenção nestes ambientes e cria formas de monitoramento desses impactos, ela é capaz de identificar quais são os fatores que são favoráveis para o desenvolvimento econômico, social e cultural e identificar quais os cenários que são indesejados por ela, levando suas preocupações e anseios ao poder público, promovendo desta forma o desenvolvimento endógeno e impedindo que atitudes advindas de uma esfera governamental a impactem de forma negativa uma comunidade. Por outro lado se uma comunidade não participa, e se mostrar alheia ao processo, dificilmente

haverá sucesso na implantação responsável do turismo e o desenvolvimento sustentável, tão almejado, ficará mais distante.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida. **Planejamento responsável do turismo.** Campinas: Editora Papirus, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. **Planejamento e Gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CARDOSO, José Celso Junior. **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, planejamento e Políticas Publicas. Série Brasil Estado de uma nação. Volume 3 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : IPEA, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto. 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª Edição. São Paulo. Roca. 2003

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos do Turismo**. 1º Edição. Editora Alinea. 2002

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo:** Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1º Edição. Editora Atlas, 2003.

GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. **O papel do poder público na territorialização do turismo em Angra dos Reis- RJ** – Tese de mestrado. Turismo e políticas territoriais no Brasil. Universidade federal do Rio de Janeiro. 2010.

WHITE, Sarah e PETTIT Jethro, **Participatory Approaches and the Measurement of Human Well-being.** United States. Nº. de pesquisa 2004/57. World Institute for Development Economics Research (WIDER). United Nations University. 2004 .

QUEIROZ**,** Lúcia Maria Aquino de. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do salvador).** 2005. Tese de doutorado. Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional. Universidade de Barcelona.

REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo.** 2a. edição revista e atualizada. São Paulo: Aleph, 2005. v. 1. 172 p.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo Solha (Org.). **Planejamento Turismo.** Barueri / São Paulo Editora Manole. 2006.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Marketing Turístico**. Um infoque promocional-Campinas, SP, Papirus-1990

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. 13ª Edição/ 2006. Campinas/São Paulo. Papirus, 1997.

WALLINGRE, Noemí; VILLAR, Alejandro. **Desarrollo y gestión de destinos turísticos:** Políticas y estratégias. 1ª Edição. Bernal. Editora Universidade Nacional de Quimes, 2009.

YASOSHIMA, José Roberto ; REJOWSKI, Miriam ; STIGLIANO, Beatriz Veronese ; SILVEIRA, Adalgiso Silva . **Capitulo: Desenvolvimento do Turismo Moderno**. In: Miriam Rejoswki. (org.). Turismo no percurso do tempo. 1 ed. São Paulo, Aleph, 2002, v. 1, p. 41-70.